



PROACRE



PROGRAMA DE INICIAÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO  
COMUNITÁRIO

# Produção Sustentável

Investimentos que fortalecem a produção familiar  
e o respeito ao recursos naturais

A photograph of a small motorboat on a river. The boat is moving from left to right, leaving a white wake. There are three people in the boat: one standing at the back in a teal shirt, and two others seated in front. The boat is filled with gear, including a red cooler and blue bags. The background shows a lush green riverbank with a large, tall tree with red flowers and hanging seed pods. The sky is overcast with grey clouds. The image is framed by a white diagonal shape on the right side, which contains the text.

# Produção Sustentável

Investimentos que fortalecem a produção familiar e o respeito ao recursos naturais

# EXPEDIENTE

**Sebastião Afonso Viana Macedo Neves**

Governador

**Nazareth Mello Araújo Lambert**

Vice-governadora

**Márcio Veríssimo Carvalho Dantas**

Secretário de Estado de Planejamento

**Carlos Edegard de Deus**

Secretário de Estado de Meio Ambiente

**Lourival Marques Filho**

Secretário de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

**Sebastião Sibá Machado Oliveira**

Secretário de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis

**Andréa Laiana Coelho Zílio**

Secretária de Estado de Comunicação

**João Paulo dos Santos Mastrângelo**

Secretário Adjunto de Meio Ambiente

**Fernando Lima**

Secretário Adjunto de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

**Sergio Lopes**

Secretário Adjunto de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis

**Quesnay Souza de Lima**

Diretor Executivo de Projetos Especiais  
Secretaria de Estado de Planejamento

**Aloisio Mestriner Detomini**

Coordenador ProAcre/Secretaria de Estado de Planejamento

**Claudia Lima Saldanha**

Diretora Executiva de Acompanhamento da Gestão/ Secretaria de Estado de Planejamento

**Sara Maria Viana Melo**

Diretora Executiva de Meio Ambiente e Coordenadora Proacre - Sema

**Paulo Sérgio Braña Muniz**

Diretor de Produção Familiar – Seaprof

**Ana Paula Lima Andrade**

Diretora Administrativa – Seaprof

**Michel Abraão Marques**

Diretor de Indústria - Sedens

**Marina Jardim**

Chefe da Divisão de Planejamento Estratégico - Seaprof

**Maria Lucinda da Silva Lima**

Coordenadora do ProAcre – Seaprof

**Adriano Dias**

Coordenador de ATER Indígena – Seaprof

**Maria da Conceição Marques de Souza**

Coordenação do Departamento de Políticas Ambientais e Gestão Territorial - Sema

**Ana Francisca Dias de Negreiro Silva****Roberto de Alcântara Tavares**

Coordenação PDC/PGTI - Proacre – Sema

**Neiva Azevedo da Silva Tessinari**

Técnica em Produção - Seplan

**Dinah Borges**

Gerente de ATER Indígena - Seaprof

**Ronei Sant’Ana de Menezes**

Engenheiro Agrônomo - Seaprof

**Felipe Cavalcante Guedes**

Chefe da Divisão de Planos de Negócios – Sedens

**Marcus Jefferson Ferreira da Silva**

Engenheiro Agrônomo

## EQUIPE TÉCNICA DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL COMUNITÁRIO - SEMA

**Aline de Lima Costa** (Apoio Logístico); **Aucemir Lima dos Santos** (Biólogo); **Claudiane Fernandes Liberato de Souza** (Tecnóloga em Gestão Ambiental); **Manoel Gomes da Silva** (Tecnólogo em Gestão Ambiental); **Tais Karina Krugerr Pereira** (Tecnóloga em Gestão Ambiental/ Especialista em Geoprocessamento); **Thiago Braga Caldeira** (Analista de Sistema); **Valnir Costa dos Santos** (Engenheiro Agrônomo); **Wilian José Santos de**

**Arruda** (Antropólogo); **Josineia da Silva Viana** (Analista de Sistemas/Especialista em Geoprocessamento); **Carla Simone de Freitas Marin** (Engenheira Agrônoma); **Jurandir Oliveira Pinheiro Filho** (Geógrafo, Técnico do Dep. De Políticas Ambientais e Gestão Territorial - SEMA); **Átila de Araújo Magalhães** (Geógrafo, Chefe do ZEE - SEMA); **Ana Francisca Dias de Negreiro Silva** (Bióloga, Chefe do PDC - SEMA).

## PRODUÇÃO EDITORIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Textos: **Leônidas Badaró**

Fotografias: **Elynalina Lima, Leônidas Badaró, Arison Jardim, Gleilson Miranda, Moacir Haverroth, arquivo Agência de Notícias do Acre, arquivo SECOM.**



# SUMÁRIO

Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC).....	10
Elaboração, implementação, monitoramento e avaliação.....	14
Investimentos que transformam a vida de produtores familiares no Acre .....	25
Governo ajuda ribeirinhos a recuperar produção destruída por enchente .....	32
Subprojetos produtivos .....	42
Incentivos na produção de farinha .....	54
Planos de Gestão das Terras Indígenas (PGTI).....	62
Nova Olinda - Desenvolvimento Sustentável e Valorização Cultural.....	68
Comunidade refloresta áreas degradadas com sistemas agroflorestais .....	76
Artesanato se torna fonte de renda das mulheres da aldeia .....	82
Saber do homem da floresta atrai pesquisadores de várias partes do país.....	86

O estado do Acre vem ao longo dos últimos anos construindo uma política efetiva de desenvolvimento baseada no uso sustentável dos recursos naturais, levando em conta o respeito às questões sociais, econômicas, ecológicas e culturais.

Em 2009 surge o **Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – ProAcre**.

O programa resulta na execução de diversas ações implementadas no es-

tado, visando a promoção da inclusão social aliada ao desenvolvimento econômico comunitário sustentável das famílias acreanas.

O objetivo é melhorar a qualidade de vida das comunidades, atendendo de forma prioritária as regiões com maior urgência de atenção quanto ao acesso a serviços básicos de saúde, educação e produção familiar, especialmente em áreas rurais nas Unidades de Conservação (UC), Terras Indígenas (TI) e Projetos de Assentamento (PA).

Em sete anos, o governo do Estado, por meio do ProAcre, já investiu nos 22 municípios 150 milhões de reais. Os investimentos fomentam desde o crescimento da atividade produtiva com respeito ao meio ambiente e a consequente geração de renda de produtores familiares em comunidades isoladas, até o financiamento do processo de industrialização.

As políticas públicas do governo do Acre, desenvolvidas com a ajuda de

parceiros como o Banco Mundial, estão promovendo uma transformação na economia acreana. Fazem com que o estado deixe de ser apenas um fornecedor de matéria-prima para se tornar um estado que industrializa sua produção, gerando oportunidades de emprego, valorização da produção rural familiar, melhoria na qualidade de vida de populações tradicionais, como extrativistas e indígenas, e o respeito ao meio ambiente, por meio do uso sustentável dos recursos naturais.



## INVESTIMENTOS PROACRE

120 milhões Banco Mundial

30 milhões Governo do Acre

**Investimento total: 150 milhões**

*“Acredito que o grande legado desse governo é a economia. Esses investimentos aplicados no aumento da escala produtiva irão fazer com que daqui a 10 anos o Acre tenha, pelos menos, oito cadeias de valor em processo de produção elevado com oportunidade para as pessoas. Por isso, o Acre tem sido um exemplo com o seu modelo de desenvolvimento, que é inovador, por tirar as pessoas da extrema pobreza e mostrar que é possível produzir respeitando o meio ambiente”,* destaca Márcio Veríssimo, Secretário de Planejamento do governo do Acre.

A primeira agroindústria de feijão no Alto Juruá, inaugurada em setembro de 2012, às margens do Rio Juruá na comunidade São Salvador, no município de Marechal Thaumaturgo, foi construída pelo governo do Estado e entregue aos produtores e agroextrativistas de Marechal Thaumaturgo.

# Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC)

*Para integrar as comunidades em um processo maior de desenvolvimento regional, por meio da produção rural, o governo do Acre definiu como estratégia a elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDC).*



Para fortalecer o setor produtivo o governo do Estado desenvolve programas que buscam oferecer apoio aos produtores familiares com fomento, assistência técnica e extensão agroflorestal.



O PDC é um instrumento que promove o diagnóstico quanto às necessidades, expectativas e estratégias que podem ser adotadas pelas comunidades para o desenvolvimento econômico e socioambiental das famílias que ali vivem.

O desafio ao longo dos anos foi criar uma metodologia capaz de fazer com que as comunidades tivessem a garantia do protagonismo na construção das propostas adequadas, que respeitassem as particularidades de cada localidade.

A construção participativa fez com que cada comunidade tivesse condições de refletir com clareza sobre seus problemas e propor soluções capazes de promover o desenvolvimento local.

Um dos maiores desafios para que os

Planos de Desenvolvimento Comunitário resultassem em ações efetivas de melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas foi criar uma metodologia capaz de identificar a aptidão de cada local, respeitando suas vocações e sua visão de futuro.

A partir da coleta de dados, realizada pela equipe técnica de Governo, é montado um relatório que aponta o potencial produtivo de cada comunidade. Após essa primeira etapa vem a validação. O levantamento é apresentado à comunidade e os produtores decidem onde serão investidos os recursos.

Os PDCs são divididos em quatro importantes etapas:

## Elaboração, Implementação, Monitoramento E Avaliação.



Uma das etapas importantes da elaboração do plano é o diagnóstico local da comunidade realizado pelos técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). Nesta etapa,

são identificados o histórico do local, as características, definição das potencialidades e dos gargalos que devem ir de encontro às ações demandadas pela comunidade.



Comunidade do Seringal Bareis, às margens do Rio Envira, em Feijó, durante validação do Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC). Assim como nas outras comunidades beneficiadas, os moradores do Seringal Bareis passaram pelas etapas essenciais para a implantação de um PDC.

**“O PDC é um instrumento importante porque visualiza o território de cada comunidade, tanto do ponto de vista das aptidões e dos recursos naturais que existem na região, como também na visão de futuro que aquelas pessoas têm tanto na parte de produção, como na parte socioeconômica. O PDC faz um detalhamento das comunidades do ponto de vista das potencialidades e das oportunidades de futuro, pautado no Zoneamento Ecológico Econômico que possibilitou uma visão macro do território”,** destaca Edgard de Deus, Secretário de Meio Ambiente do Acre.

O Proacre, financiado pelo Banco Mundial, vem sendo executado pelo governo do Estado desde 2009 e alcançou resultados positivos na área de educação, saúde e produção nas comunidades mais isoladas.



Outro passo importante para a implementação do PDC é a validação. Um momento de empoderamento das comunidades, quando os produtores decidem quais serão os investimentos e quais equipamentos serão adquiridos com os recursos.

O Seringal Baréis, às margens do Rio Envira no município de Feijó, é uma das comunidades contempladas com o plano. Técnicos da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) e da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) trabalharam de forma coletiva com as 25 famílias

beneficiadas com o PDC, que se reuniram e apontaram os caminhos para o crescimento da produção e a consequente melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Levando em conta as potencialidades da região, levantadas durante o diagnóstico local, os produtores decidiram que os

recursos seriam investidos na compra de sementes de mucuna para a implantação de roçados sustentáveis, de um triturador graneleiro, de kits para criação de aves, na construção de casas de farinha e na compra de um barco com capacidade de oito toneladas para o escoamento da produção.



**“Com esse material tenho a certeza de que nossa vida vai mudar. Vamos conseguir aumentar nossa produção e garantir um futuro melhor para nossos filhos”,** destaca Francisco da Silva, presidente da Associação de Moradores do Seringal Baréis.

Durante a Validação de um PDC toda a comunidade vota e decide onde serão aplicados os recursos. O presidente da associação de moradores, Francisco da Silva, acredita que a vida vai mudar na comunidade com a chegada do PDC.

O produtor rural José de Lima chegou de barco com toda a família, participou da discussão e foi embora certo de que o PDC vai mudar a história da comunidade.

**“É a realização de um sonho. Essas pessoas aqui têm muita vontade de produzir e agora a gente vê a esperança de dias melhores no rosto de cada um”.**

Famílias inteiras chegam de barco para a reunião de validação do Plano de Desenvolvimento das Comunidades.





O que se tem observado com o monitoramento dos PDCs nas comunidades do Acre é que a implantação de roçados tem provocado a diminuição do número de focos de calor e, conseqüentemente, contido o avanço sobre a floresta.

Leguminosas, como a mucuna, ganham destaque na produção familiar, como alternativa para o uso do fogo.

**“As primeiras conclusões que estamos tirando dessa parceria é que a implantação dos roçados sustentáveis tem cumprido o seu papel. Esse monitoramento permitiu que fizéssemos um recorte para acompanhar a diminuição do fogo e do desmatamento nessas comunidades. Estamos aprimorando o processo de monitoramento com a integração da base de dados que temos com as informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR)”,** explica Sara Melo, Coordenadora de Planejamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.



Para impedir o avanço de práticas ilícitas, como as queimadas, prejudiciais ao meio ambiente, os produtores são incentivados a trabalhar com roçado sustentável, mecanização, plantio de leguminosas, como a mucuna, e de culturas permanentes, como as fruteiras e a seringueira.



## Investimentos que transformam a vida de produtores familiares no Acre

O Seringal Porongaba, localizado no município de Brasileia, é um exemplo de quanto o investimento de um Plano de Desenvolvimento Comunitário é capaz de mudar a realidade e devolver a esperança de uma vida melhor às pessoas usando de forma racional os recursos naturais.

A Associação de Produtores Rurais do Seringal Porongaba recebeu, por meio de um PDC, recursos no valor superior a 82 mil reais. A comunidade foi beneficiada com a construção de um galpão para armazenamento da castanha, uma das principais atividades produtivas da região. A comunidade também recebeu equipamentos agrícolas que fazem com que os produtores abandonem a danosa prática de usar o fogo para o preparo da terra destinada à agricultura, além da doação de sementes de mucuna.

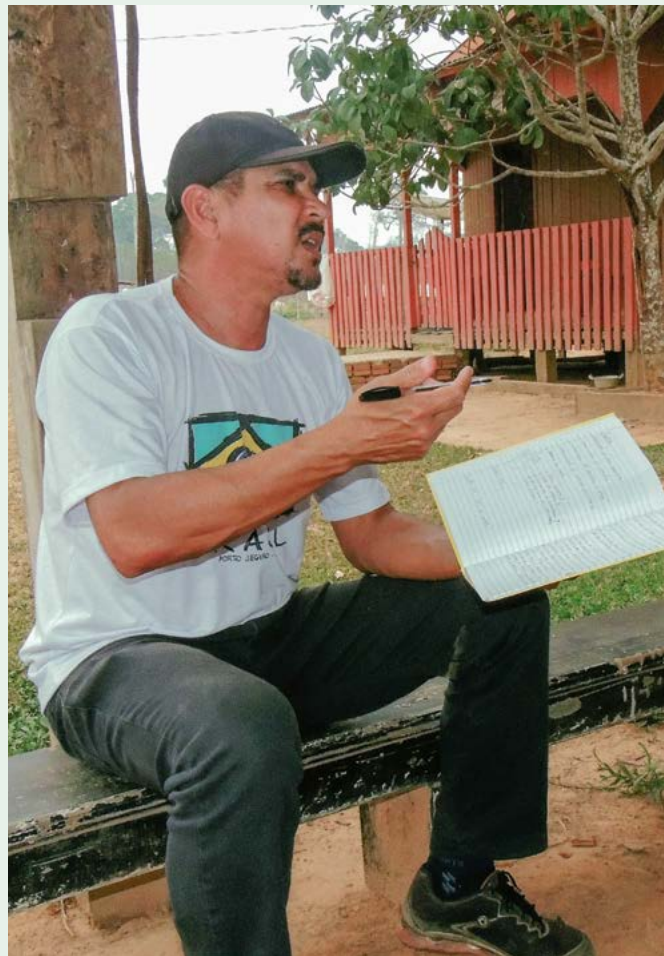
**R\$ 82 mil**  
em recursos por meio de um PDC

## PDC NO SERINGAL PORONGABA EM BRASILEIA

<b>BENEFICIAMENTO DE GRÃOS</b>	Aquisição de trilhadeiras, trituradores, 6 roçadeiras, 21 plantadeiras e grade arado - R\$ 37.700,00
<b>ROÇADOS SUSTENTÁVEIS</b>	Aquisição de roçadeiras, plantadeiras, sementes de mucuna, arroz, feijão e milho Valor - R\$ 32.983,50
<b>ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO</b>	Construção de um galpão para armazenamento de castanha - R\$ 12.096,70
<b>Investimento total: R\$ 82.780,20</b>	

O investimento, decidido pela comunidade, destinado à construção de um novo galpão, revigorou o extrativismo na região. Em 2007, a produção dos 25 trabalhadores rurais que coletam castanha não passava de 2 mil latas. Em 2016, a produção deve ser superior a 10 mil latas de castanha.

A valorização da castanha é mais um fator que contribui para que os produtores aumentem sua renda com a atividade. Em 2007, o valor médio pago por uma lata de castanha era de 22 reais. Em 2016, o preço comercializado chegou a 47 reais. Só com a venda da castanha, a comunidade movimentou quase meio milhão de reais.



Roney Sant'Ana, agrônomo Seaprof, visita comunidade e realiza diagnóstico dos impactos dos recursos do Proacre na vida das comunidades



Trator adquirido faz o processo de mecanização agrícola, que prepara a terra para a agricultura sem o uso do fogo e o desmate de novas áreas

**“A diferença na nossa vida é muito grande. Quando a gente fala de castanha, estamos falando de um alimento que é exportado para muitos lugares do mundo. Com esse galpão tivemos condições de melhorar a qualidade do nosso produto”,** explica Francisco Melo, presidente da associação.



Com os recursos foi construído no Seringal Porongaba em Brasileia, um armazém que estoca e garante a qualidade da safra de cerca de 10 mil latas de castanha da região



Melo conta que o aumento da produção e a melhora do preço fez com que as condições de vida de quem comercializa castanha no Seringal Porongaba desse um grande salto de qualidade.

***“Não tem nem comparação. Em 2007, nenhum morador aqui da região tinha veículo. Agora alguns já têm carro e todos têm sua moto para se locomover. Melhorou a alimentação, as condições de saúde, todo mundo tem sua televisão. Enfim, melhorou 100% a vida da gente”, afirma.***

Produção de farinha e goma representa uma das principais atividades econômicas dos moradores do Seringal Porongaba em Brasileia.

Outra ação oriunda do PDC que tem ajudado na recuperação de áreas já degradadas, e que está fazendo com que os produtores abandonem o uso do fogo e o desmate de novas áreas para agricultura, é a mucuna. A leguminosa é usada para adubar a terra.

Francisco Bezerra da Silva, morador do antigo seringal, explica que sua produção de milho, feijão e mandioca aumentou consideravelmente depois que adotou a mucuna e abandonou a prática da queimada.

***“Há mais de 5 anos eu uso a mucuna e estou muito satisfeito, porque ela aduba bem a terra e faz com que a produção seja mais rápida. Agora não preciso mais tocar fogo e nem derrubar novas áreas de floresta”, afirma.***

Francisco Bezerra, Seringal Porongaba em Brasileia, abandonou a prática do uso do fogo na agricultura depois de receber sementes de mucuna do programa



## Governo ajuda ribeirinhos a recuperar produção destruída por enchente

O ano de 2015 foi um dos mais difíceis para o produtor ribeirinho no Acre.

A enchente histórica do rio Acre provocou prejuízos, com a perda da produção e danos estruturais, estimados em 30 milhões de reais.

Mais de um ano depois, os produtores começam a recuperar suas produções.

## R\$ 30 milhões

esse foi o valor estimado em perda da produção e danos estruturais

O governo do Estado e Sebrae/Ac realizaram diagnóstico para retratar os prejuízos que os produtores rurais acreanos tiveram durante a cheia histórica em 2015. Instrumento necessário para nortear as políticas públicas na área da produção ribeirinha.



Um bom exemplo vem da comunidade Nossa Senhora de Fátima localizada no Projeto de Assentamento Moreno Maia, em Rio Branco. A região, que fica às margens do rio Acre, foi uma das mais atingidas pela enchente. Os produtores perderam a maior parte de seus plantios.

Um alento para a comunidade são os investimentos do governo do Acre,

em parceria com o Banco Mundial, por meio do ProAcre.

Cerca de 30 famílias da localidade foram beneficiadas com um Plano de Desenvolvimento Comunitário. São investimentos na implantação de roçados sustentáveis, mecanização agrícola, construção e reforma de casas de farinha, aquisição de materiais para a criação de galinhas e ajuda no escoamento da produção.

## PDC na comunidade Nossa Senhora de Fátima no Projeto de Assentamento Moreno Maia



### ROÇADOS SUSTENTÁVEIS

Aquisição de roçadeiras, 12 plantadeiras e sementes de mucuna, arroz e feijão - R\$ 8.148,00

### PRODUÇÃO DE FARINHA

Aquisição de 5 motores a gasolina, seladoras de farinha individuais e material para construção de 12 casas de farinha - R\$ 43.080,00



### TRANSPORTE DA PRODUÇÃO

Aquisição de um barco com capacidade até 5 toneladas - R\$ 14.350,00



### FRUTICULTURA

Aquisição de uma despoldadeira e um freezer - R\$ 3.500,00



### AVICULTURA

Aquisição de 32 kits galinheiros - R\$ 9.184,00



Investimento total: **R\$ 78.262,20**



O produtor Francisco Barbosa perdeu quase tudo o que tinha.

***“Minha roça, minha plantação de bananas e os animais que eu criava morreram”.***

Ele fala como os investimentos do programa o ajudaram a sobreviver após a alagação.

***“Quando eu não tinha nada para vender, a ajuda veio de uma despoldadeira que recebi do programa. Para poder colocar comida na mesa da minha família eu consegui fazer polpa de açaí, cajá, cupuaçu e vender na feira”, afirma.***

O ribeirinho Francisco Barbosa, conta que perdeu quase toda sua produção durante a enchente histórica de 2015 e conseguiu sobreviver com a família com a venda de polpas.



No Projeto de Assentamento Moreno Maia, em Rio Branco, barco, com capacidade para o transporte de 5 toneladas, adquiridos por meio do programa ajuda comunidade escoar sua produção.

Um dos xodós da comunidade, adquirido com recursos do programa, é um barco com capacidade de transporte de cinco toneladas. O equipamento é extremamente importante para que os produtores possam fugir do atravessador e comercializar os

produtos diretamente para os consumidores.

O barco leva até Rio Branco, em uma viagem que dura entre três e seis horas, toda a produção de farinha e frutas da comunidade, com destaque para a grande produção de melancias.



**“É uma ajuda muito importante. Para um produtor sozinho fica difícil ter 14 mil reais para gastar em um barco. Com essa doação, toda a comunidade terá condições de levar seus produtos para vender na cidade”,** explica o agricultor Nivandro Galvão.



Desde o ano de 2009 foram implantados 141 Planos de Desenvolvimento Comunitário nos 22 municípios do estado, beneficiando 6,7 mil famílias. O investimento nas comunidades rurais acreanas é superior a 15,5 milhões de reais.

## Planos de Desenvolvimento Comunitário no Acre

141 PDC's implantados

22 municípios acreanos contemplados

67 mil famílias beneficiadas



O Proacre é o Estado com sua presença efetiva nas comunidades rurais. Com base nos estudos e recomendações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, o programa vem melhorando a qualidade de vida dessas comunidades, proporcionando um cenário de preservação ambiental e geração de renda para aqueles que vivem no campo.

Investimento superior a **R\$ 15.500.000,00**

# Subprojetos produtivos

*Além dos Planos de Desenvolvimento Comunitário, a parceria entre governo do Acre e Banco Mundial, utiliza uma outra estratégia para fomentar o empreendedorismo produtivo, a organização comunitária e a geração de renda.*

Os investimentos do governo do Estado na área de produção estimulam o crescimento da rentabilidade da população rural. A Cooperopção, localizada no km 18 da BR-317, é exemplo do fomento à organização de cooperativas de pequenos produtores realizado por meio dos subprojetos produtivos. A cooperativa produz e embala até 12 mil unidades de rapadura por dia, produto que complementa a alimentação escolar.

## 24 subprojetos produtivos

nas áreas de produção de grãos, cana de açúcar, produção florestal, piscicultura, movelaria, mandioca, extrativismo, suinocultura, fruticultura, manejo florestal, indústria naval, produção indígena, biscoito de goma e agricultura familiar.

**Investimento total:**  
R\$ 8.635.277,79

Mâncio Lima

Rodrigues Alves

Cruzeiro do Sul

Tarauacá

Marechal Thaumaturgo

Jordão

Bujari

Porto Acre

Senador Guiomard

Rio Branco

Xapuri

Brasiléia

### Municípios beneficiados:

Cruzeiro do Sul, Porto Acre, Bujari, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá, Rodrigues Alves, Senador Guiomard, Mâncio Lima, Brasiléia, Xapuri, Jordão e Rio Branco.

São os subprojetos produtivos que têm como público alvo produtores familiares e/ou empreendedores representados por grupos organizados, associações, cooperativas e sociedades agrícolas atendidos pelo programa.

Em todo o estado 24 convênios são coordenados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (Sedens), somando mais de 8,5 milhões de reais em investimentos.

Um dos subprojetos vem do município de Cruzeiro do Sul, no Vale do Juruá.

Os rios na região amazônica possuem grande importância histórica para a formação e o desenvolvimento das cidades.

Ainda hoje, parte da produção de legumes, frutas e verduras consumidos nos municípios acreanos é proveniente do trabalho de produtores ribeirinhos que usam os rios para escoar sua produção.

Em Cruzeiro do Sul, a construção de um Polo Naval permitiu a reorganização da atividade de produção de embarcações no Juruá.

Grande parte da produção rural na região do Juruá vem das terras às margens dos rios. Polo Naval supre a demanda dos produtores com a fabricação de embarcações



O governo investiu mais de 260 mil reais, na aquisição de equipamentos para a Cooperbajola (Cooperativa dos Produtores de Barcos e Canoas do Juruá). São 45 famílias

beneficiadas diretamente com a parceria.

A produção do polo atende não só a demanda de Cruzeiro do Sul mas também de outros municípios da região.

Os construtores navais de Cruzeiro do Sul hoje estão trabalhando no Polo Naval de Cruzeiro, um verdadeiro complexo industrial formado por quatro galpões voltado para a fabricação de embarcações navais de base madeireira e metálica. Mas até 2013 esses profissionais não possuíam um ambiente adequado para o trabalho, durante o inverno, com a cheia do rio ficavam impossibilitados de trabalhar.



**45 famílias** beneficiadas diretamente na aquisição de equipamentos para a cooperbajola



O balanço 2013-2015 demonstra a importância dos produtos fabricados no local para atender a demanda de quem viaja pelos rios do Juruá. Foram vendidos cerca de 50 mil hélices de motor, 30 bajolas, um rebocador, três mil quilos de anilhas, além do conserto de mais de 10 mil motores, acabamento e montagem de 288 barcos de madeira e 180 de alumínio, fabricação de 270 peças em torno mecânico, 150 parafusos de prensa para casas de farinha e 400 tampas para motor de pequenas embarcações.

Nivaldo dos Santos já está há 20 anos no ramo naval e conta que a construção do Polo e os equipamentos doados mudaram a vida de quem trabalha construindo barcos e peças para motores.



*“Só no Polo Naval mais de 200 pessoas tiram seu sustento daqui. Nossa vida mudou depois que construíram essa estrutura, que é de fácil acesso ao ribeirão, tanto na época do verão quanto na época das cheias. A outra mudança veio quando nos organizamos, recebemos os equipamentos doados pelo governo e passamos a oferecer um trabalho profissional”,* destaca Nivaldo.



## Produção Polo Naval 2013-2015

50 mil palhetas, 30 bajolas, 1 rebocador, 3 mil quilos de anilhas, conserto de 10 mil motores, acabamento e montagem de 288 barcos de madeira, 180 de alumínio, fabricação de 270 peças em torno mecânico, 150 parafusos de prensa para casa de farinha e 400 tampas para motor de pequenas embarcações.

**Investimento total:** R\$ 263.500,00



De acordo com o levantamento histórico do projeto “Farinha de Cruzeiro do Sul – Fortalecimento da Agricultura Familiar e Indicação Geográfica do Território da Cidadania do Vale do Juruá”, o cultivo de mandioca para a produção de farinha tinda, até 2015, o alcance de 5,2 mil hectares em Cruzeiro do Sul, e a produção de farinha vem sendo tradicionalmente realizada há mais de 100 anos, desde a migração dos nordestinos para o Acre.

## Incentivos na produção de farinha

A farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul é considerada a melhor farinha do Brasil.

O plantio da mandioca, a fabricação e a comercialização da farinha se cons-

tituem na principal atividade produtiva da região do Juruá.

Grande parte dessa produção vem da Central de Cooperativas dos Produtores Familiares do Vale do Juruá,

a Central Juruá. Fundada em 2011, é formada por quatro cooperativas com mais de 350 cooperados.

Apesar do talento para a produção de farinha, os produtores rurais

da região tinham dificuldade, por conta da falta de estrutura, de produzir uma farinha com condições de disputar o mercado com outros estados do país.

É aí que entra mais uma parceria com o governo do Estado. Foram investidos na Central Juruá mais de 750 mil reais na aquisição de caminhões para o trans-

porte da farinha, aquisição de empacotadeira automática e reforma de espaços físicos, que servem para a capacitação dos produtores rurais.



4 cooperativas

Mais de 350 associados

Aquisição da produção de farinha de produtores de Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul

Investimento total:

R\$ 755.300,00



Farinha produzida pelos produtores da Central Juruá, sai embalada, pronta para ser comercializada.

Atualmente, a farinha é adquirida de agricultores familiares dos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima.

Parcerias do programa com entidades como o Sebrae, Embrapa e Ifac, promovem cursos de boas práticas para todos os produtores que trabalham com a fabricação de farinha.

A produção atual da cooperativa é de 20 toneladas de farinha a cada mês, que além de atender o mercado do Juruá e de Rio Branco, está sendo exportada para Rondônia e Amazonas.

**20 toneladas**  
de farinha por mês para  
atender o mercado do  
Juruá e Rio Branco

As Cooperativas que formam a Central Juruá contaram com o apoio do SEBRAE/AC, por meio do Projeto Cadeia de Valor da Mandioca, para criação de nova Imagem Visual da Farinha de Cruzeiro do Sul.





Uma novidade vai agregar ainda mais valor à farinha de Cruzeiro do Sul. Está em andamento o processo de obtenção do selo de indicação geográfica, uma garantia para o consumidor de que a farinha é genuína e possui qualidades particulares como solo, vegetação, clima, cultivo, tratamento e manufatura atestando sua origem e dando a garantia de um rígido controle de qualidade.



Germano Gomes é presidente da Central Juruá, que representa 350 produtores de 4 coopeativas, produz 20 toneladas de farinha por mês e exporta para os estados de Rondônia e Amazonas.

**“Esse selo vai ser muito importante, porque o consumidor vai poder comprar uma farinha que é realmente feita aqui na nossa região. Vai ser um passo importante para que nosso produto possa chegar em supermercados de qualquer estado para que o Brasil possa conhecer a melhor farinha desse país”,** destaca Germano da Silva Gomes, presidente da Central Juruá.

# Planos de Gestão das Terras Indígenas (PGTI)

*O desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais mais isoladas do estado, aliado ao uso sustentável dos recursos naturais, é um dos objetivos do programa de desenvolvimento do governo do Acre.*



As ações dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTI), visam fortalecer a autonomia das comunidades, principalmente em relação à segurança alimentar, além da implantação dos planos de gestão, trabalhando as prioridades de cada aldeia na área de produção, sempre valorizando a herança cultural.

Sob essa perspectiva foram criados os Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTI), no âmbito do programa, com o objetivo de fortalecer a autonomia de povos indígenas, respeitando

e valorizando suas diferentes culturas e promovendo o acesso ao conhecimento e à assistência técnica para o uso dos recursos naturais e a gestão de seus territórios.



Os PGTIs se tornaram instrumentos que sintetizam as necessidades e estratégias das comunidades indígenas para a promoção da sustentabilidade socioambien-

tal, por meio de ações de fortalecimento institucional, fomento à produção sustentável e a valorização cultural e a extração e manejo sustentável de recursos naturais.



A implementação dos PGTIs é feita pelas associações indígenas. São elas as responsáveis, por exemplo, pela aquisição de bens (maquinários, implementos agrícolas e insumos) que irão subsidiar a recuperação de áreas alteradas, fomentar a produção sustentável, consolidar cadeias produtivas e promover o manejo dos recursos naturais.



A elaboração dos planos contou com a efetiva participação das comunidades indígenas que elegem suas prioridades e as tornam protagonistas da definição de quais investimentos serão realizados em cada aldeia.

O governo do Estado já investiu mais de 5,1 milhões de reais em 28 Planos de Gestão em Terras Indígenas. São mais de 2,7 mil famílias beneficiadas, o que representa mais de 13 mil pessoas alcançadas em 10 terras indígenas contempladas.

O Estado investiu em ações produtivas que proporcionam garantia da segurança alimentar e geração de renda, melhorando a qualidade de vida nas aldeias.



19 terras indígenas contempladas

Implantados 28 PGT's

2,7 mil famílias

10 povos indígenas beneficiados

Investimento total: R\$ 5.199.326,72

## Nova Olinda Desenvolvimento Sustentável e Valorização Cultural

O barulho ininterrupto do motor é a trilha sonora de quem navega pelas águas do Rio Envira até chegar à Terra Indígena Nova Olinda, município de Feijó.

A exuberante paisagem amazônica é um alento para uma viagem que, depen-

dendo do tipo de embarcação e do nível do rio, pode durar até três dias.

A Terra Indígena Nova Olinda é composta por cinco aldeias, onde vivem cerca de 500 índios da etnia Huni Kuin (Kaxinawá).



Para chegar até à comunidade indígena Nova Olinda, a viagem é pelas águas do rio Envira e, dependendo da embarcação e da época do ano, pode durar até três dias.

A chegada da comitiva composta de técnicos do governo do Acre, pesquisadores, representantes da Universidade Federal do Acre (Ufac) e Embrapa na aldeia Nova Olinda, é marcada por uma recepção calorosa.

A música no idioma nativo, as roupas e os adornos tradicionais demonstram o esforço do povo Kaxinawá em preservar sua identidade cultural.

A Terra Indígena Nova Olinda é um exemplo de como os investimentos do PGTI são capazes de melhorar a qualidade de vida de populações tradicionais, valorizando a cultura local e respeitando o meio ambiente.

O governo do Estado investiu na TI mais de 159 mil reais em ações de fomento da produção que, ao longo dos últimos anos, estão mudando a realidade das aldeias.

Uma das principais dificuldades da comunidade era o escoamento da produção. Essa deficiência da aldeia foi suprida com a aquisição de um barco e um motor com capacidade de transporte de oito toneladas.

Mais de **159 mil** reais  
em ações de fomento da produção

Banê Kaxinawa, Cacique na Aldeia Nova Olinda, recebe os visitantes em sua comunidade.



As cinco aldeias da Nova Olinda - Formoso, Boa Vista, Novo Segredo, Porto Alegre e Nova Olinda - têm na fabricação de farinha uma de suas principais atividades produtivas. Por isso, a comunidade

decidiu que um dos alicerces para o crescimento da produção seria a construção de novas casas de farinha nas aldeias.

Uma delas fica localizada na aldeia Formoso, onde 12 famílias estão envolvidas na



fabricação do produto. Além da contribuição para a segurança alimentar de quem mora na aldeia, a comercialização com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tornou a farinha fonte de renda para os indígenas.

Com os novos equipamentos, a produção da casa de farinha cresceu e já chega a mais de 100 sacos do produto por ano. Na aldeia Formoso são cultivados mais de 24 mil pés de mandioca.



Cursos de boas práticas, aquisição de equipamentos e a construção de novas casas de farinha proporcionam o aumento da produção, importantes para segurança alimentar e para a geração de renda na comunidade.



Euzanira Kaxinawá é uma das mulheres da aldeia que se dedicam à fabricação da farinha. Ela afirma que o aumento da produção e a melhoria na qualidade da farinha produzida na aldeia é fruto dos novos equipamentos e também da oferta de cursos de boas práticas, promovidos pelo governo do Acre em parceria com a Embrapa.

**“Esse curso foi muito importante para a nossa comunidade. A gente não sabia como produzir uma farinha de qualidade. Depois da capacitação temos um produto muito melhor para vender na cidade”,** destaca.

Só na Aldeia Formoso, já são 24 mil pés cultivados de mandioca.



## Comunidade refloresta áreas degradadas com sistemas agroflorestais

Um outro investimento do governo do Estado na terra indígena tem feito a diferença na preservação dos recursos naturais, inclusive contribuindo para a recuperação de áreas já degradadas, por meio da implantação de roçados sustentáveis.

Quem nos apresenta o sistema agroflorestal implantado na Aldeia Formoso, a maior das aldeias da Terra Indígena Nova Olinda, é Roginere Kaxinawá.

O orgulho não é apenas pela comunidade estar reflorestando as áreas degradadas das aldeias com espécies frutíferas e nativas da região. O orgulho ainda maior é porque Roginere é um dos muitos jovens que tiveram a oportunidade de se capacitar e ajudar a comunidade. Ele é formado no curso de Agente Agroflorestal Indígena e usa os conhecimentos técnicos em benefício de sua própria aldeia.

Os agentes agroflorestais são os jovens da aldeia que conhecem a realidade e que contribuem para a segurança alimentar de todos os indígenas Huni Kuin dessa região.



*“A gente tinha muita vontade de transformar essas áreas desmatadas antes dessa terra ser nossa, só que não tínhamos conhecimento. Depois que eu e outros moradores da comunidade fomos capacitados, pudemos ajudar com o plantio de frutas e de outras espécies de árvores”, afirma Roginere.*



Para tornar os roçados sustentáveis uma realidade nas aldeias, o governo do Acre investiu na aquisição de materiais de consumo como terçados, carros de mão e machados e na doação de mais de 600 mudas de frutíferas como coco, banana, laranja, tangerina, abacate, abacaxi, pupunha e cupuaçu.

A comunidade também foi beneficiada com a construção de um viveiro, onde são cultivadas novas mudas para o reflorestamento.

***“A floresta para nós representa a nossa vida. Desse viveiro já produzimos centenas de mudas de árvores que foram devolvidas à natureza. A gente entende que se tira uma árvore para fazer uma casa, é preciso reflorestar e não permitir a destruição da nossa mata”,*** explica a jovem liderança indígena.



Viveiro instalado em aldeia contribui para o reflorestamento de áreas degradadas na Terra Indígena Nova Olinda.

O sucesso do PGTI na Terra Indígena Nova Olinda tem como diferencial a forte organização da comunidade. Todos os investimentos foram realizados por meio de uma ampla discussão com a participação dos moradores das cinco

aldeias. Dinah Borges, chefe do setor indígena na Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Sea-prof), explica que o diferencial é o tripé: investimento, organização comunitária e parcerias corretas.

***“A primeira coisa é que, antes do ProAcre, o governo nunca tinha chegado com nenhum investimento nessa região. Um fator determinante é a organização muito forte das aldeias. Os moradores sabem qual é vocação dessa Terra Indígena e souberam usar o recurso de forma que todas as aldeias fossem beneficiadas. E por último, aqui na Terra Indígena Nova Olinda existe um trabalho em parceria com universidades entidades como a Embrapa que complementam as ações financiadas pelo ProAcre”.***



Lideranças Indígenas da Terra Indígena Nova Olinda, às margens do Rio Envira em Feijó, recebem a equipe do programa e representantes de instituições parcerias que atuam na região.

## Artesanato se torna fonte de renda das mulheres da aldeia

Quem vai até a Terra Indígena Nova Olinda não resiste ao encanto do artesanato feito pelas mulheres. Além de preservar, valorizar e divulgar a cultura Huni Kuin (Kaxinawá), os produtos são uma fonte de renda para elas.

É difícil resistir ao encanto das peças feitas de forma artesanal pelas mãos talentosas das mulheres Kaxinawá.

O governo investiu mais de 2,7 mil reais na reforma e ampliação da casa de artesanato existente na Aldeia Nova Olinda.

Mais de **2,7 mil** reais na reforma e ampliação de casa de artesanato existente na Aldeia Nova Olinda



Um das artesãs é Rosimeire Kaxinawá. Ela conta que aprendeu a tecer por meio de um intercâmbio com outras indígenas.

**“Eu sempre tive muita vontade de aprender a fazer esse tipo de artesanato. Nós fazíamos um material diferente. Conseguimos aprender trazendo pessoas de outras comunidades para nos ensinar. Hoje, o artesanato que fazemos aqui nesse espaço e vendemos para os turistas que vem aqui na aldeia e também quando vamos na cidade, é a principal fonte de renda de nós mulheres aqui da Nova Olinda”,** explica.



Mesmo com o intercâmbio, Rosimeire afirma que tinha dificuldades em fazer o artesanato. Ela conta que foi com ajuda de uma crença indígena que conseguiu desenvolver a habilidade.

**“Eu colocava folhas de uma erva nativa da nossa floresta nos olhos, cantava uma música na nossa língua. Foi aí que consegui aprender. O artesanato está trazendo muitas coisas importantes para nossa comunidade. Existem artesãs que estão vivendo somente do artesanato”.**



Artesanato fabricado pelas talentosas mãos das mulheres kaxinawás contribui para a divulgação e valorização da cultura indígena e as tornou uma considerável fonte de renda das aldeias.

## Saber do homem da floresta atrai pesquisadores de várias partes do país

O investimento do PGTI, além de aumentar a produção familiar nas aldeias, tem um componente extremamente importante, que é o respeito e a valorização da cultura indígena.

Os ritos, crenças e saberes dos povos tradicionais precisam ser preservados pelas novas gerações indígenas. Os moradores da Terra Indígena Nova Olinda se orgulham e não perdem a oportunidade de apresentar sua cultura a quem visita as aldeias.

Além das roupas, das músicas, da comida, do artesanato, há um outro conhecimento que chama a atenção de pesquisadores de várias universidades do país: a medicina tradicional.



Conhecimento sobre ervas medicinais dos pajés e parteiras da Terra Indígena, despertam a atenção de pesquisadores e várias partes do país

Por causa do conhecimento das plantas que existem na floresta, o pajé é responsável pela saúde da população das aldeias.



Diversos trabalhos de pesquisa, que bebem da fonte do conhecimento milenar dos povos indígenas, estão sendo desenvolvidos na Nova Olinda.

Um dos mais interessantes é resultado de uma parceria que vem sendo construída desde o ano de 2013, envolvendo entidades como a Universidade Federal

do Acre (Ufac), governo do Estado do Acre, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Embrapa, universidades como a USP,

Unaerp e Unesp, com o objetivo de pesquisar as propriedades anti-inflamatórias da espécie nativa da Amazônia conhecida como unha-de-gato.



Trabalho de coleta das ervas medicinais conta com o envolvimento da comunidade, a parceria entre pesquisadores e moradores é fundamental.

A viagem à Terra Indígena Nova Olinda termina com uma demonstração de toda a generosidade, hospitalidade e orgulho que os Kaxinawá têm da sua cultura.

A liderança indígena Antônio de Carvalho Kaxinawá, que está sendo preparado para ser o novo cacique da aldeia Nova Olinda, nos leva até um lugar considerado sagrado pelos índios. É uma árvore gigante. À sombra do apuí, que estima-se que tenha mais de 200 anos, em suas imensas raízes os indígenas realizam cerimônias religiosas, se reúnem para cantar canções que valorizam sua cultura e são passadas de pai para filho. É lá que Antônio nos fala sobre a importância dos recursos do ProAcre para a comunidade.

***“Esse investimento foi muito importante para a produção familiar de todas as aldeias. Ajudou para que pudéssemos implantar os sistemas agroflorestais e o desenvolvimento da agricultura familiar. Aqui não se coloca fogo na mata e não se derruba nenhuma árvore. Não precisa destruir a floresta para produzir. Pelo contrário, a cada dia nosso povo sabe que a floresta em pé é nosso maior tesouro”.***

Aos pés do grande apuí, onde são realizadas as cerimônias religiosas da aldeia, a nova liderança indígena nos ensina ‘A cada dia nosso povo sabe que a floresta em pé é o nosso maior tesouro’





Antônio explica como era a Terra Indígena antes da parceria do ProAcre.

***“Antes desse projeto ter iniciado em 2011, Nova Olinda era um lugar seco. Quando a gente andava na aldeia, o calor sufocava porque tínhamos destruído a floresta próxima à aldeia. Hoje, nossa satisfação é estar aqui a poucos metros das casas em uma árvore que é mais antiga que meus avós, ouvindo o som dos pássaros e vivendo em total sintonia com a floresta.”***

A viagem à Nova Olinda chega ao fim. Na bagagem, a comprovação de que os investimentos na região estão mudando a qualidade de vida de toda uma população indígena e valorizando a rica cultura de um povo.

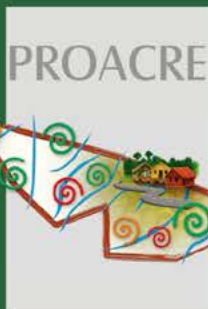
A trilha sonora fica por conta do jovem cacique que, com seu violão, entoava uma canção na língua kaxinawá, que se espalha pela mata e nos provoca a sensação de que ainda temos muito o que aprender com os povos da floresta.

A relação entre os índios da Nova Olinda e a floresta comprova que é possível melhorar a vida das comunidades tradicionais, respeitando os recursos naturais.



**Novo Acre** 

*Governo parceiro, povo empreendedor.*



**Banco  
Mundial**